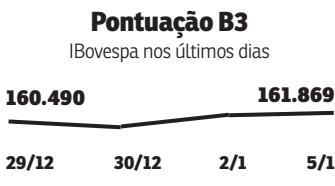
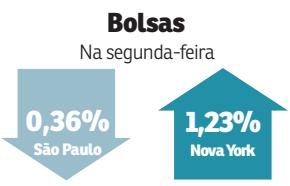


12 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 6 de janeiro de 2026

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dab.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)



Na segunda-feira
R\$ 5,405
(-0,37%)

	Últimos
23/dezembro	5,531
29/dezembro	5,569
30/dezembro	5,489
2/janeiro	5,425

Salário mínimo
R\$ 1.621

Euro
Comercial, venda na segunda-feira

R\$ 6,339 **14,90%**

CDI
Ao ano

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
14,89%

	IPCA do IBGE (em %)
Julho/2025	0,26
Agosto/2025	-0,11
Setembro/2025	0,48
Outubro/2025	0,09
Novembro/2025	0,18

CASO MASTER

TCU quer devassa nos arquivos do BC

Ministro do TCU Jhonatan de Jesus determinou, ontem, inspeção nos documentos do Banco Central sobre a liquidação do Banco Master

» RAPHAEL PATI

Em um movimento sem precedentes, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Jhonatan de Jesus determinou, ontem, uma inspeção nos arquivos do Banco Central para obter documentos relacionados ao processo que instaurou a liquidação extrajudicial do Banco Master em novembro do ano passado. A medida é uma réplica à autoridade monetária, que havia apresentado uma nota técnica em resposta a um pedido do próprio TCU para explicar o procedimento adotado pela instituição naquele caso. A decisão provocou reação entre especialistas, que alertam sobre o aumento da insegurança jurídica no processo.

De acordo com o Tribunal, a resposta do Banco Central não foi acompanhada de um acervo documental, como peças, pareceres e registros de deliberação. Segundo o órgão, o BC se limitou apenas a fazer uma "exposição sintética de cronologia e fundamentos, com remissão a processos e registros internos". Em síntese, o Banco Central sustenta que a liquidação não teria sido ato isolado ou precipitado, mas desfecho de processo de supervisão, reputando-se inevitável diante de crise de liquidez, descumprimentos normativos relevantes e achados de irregularidades em operações, com remissão às bases legais correspondentes", destacou o ministro, no documento.

A resposta do BC foi encaminhada à unidade técnica especializada para ser analisada pelo TCU. Após constatar a ausência de documentação suficiente, o ministro decidiu pela inspeção "com máxima urgência" como providência instrutória central. O exame 'in loco' do acervo necessário deve ocorrer "em ambiente seguro e sob as cautelas de sigilo legal", de acordo com a decisão do ministro Jhonatan de Jesus, e tem o objetivo de reconstruir o fluxo de supervisão e resolução entre os anos de 2019 e 2025, além de verificar motivação,



Na decisão, o ministro Jhonatan de Jesus, do TCU, pediu "máxima urgência" para a realização de busca na sede da autoridade monetária

coerência e proporcionalidade, examinar a consideração de alternativas menos gravosas e aferir o tratamento conferido a tratativas de mercado.

Intervenção

Em outro despacho, o ministro Jhonatan de Jesus emitiu alerta que pode determinar que o Banco Central seja impedido de vender bens do Banco Master na liquidação da instituição privada. No mesmo documento o ministro também detalhou como terá que ser feita a inspeção no BC relativo ao processo de análise de supervisão do banco privado. "Diante do risco de prática de atos potencialmente irreversíveis, não se descarta que venha a

ser apreciada, em momento oportuno, providência cautelar dirigida ao Banco Central, de natureza assecuratória e com contornos estritamente finalísticos e proporcionais, voltada à preservação do valor da massa liquidanda e da utilidade do controle externo, desde que amparada em elementos objetivos, com motivação expressa e ponderação específica quanto ao perigo na demora reverso", destacou.

O presidente da Corte, ministro Vital do Rêgo, afirmou, por meio de nota, que "não paira dúvida" sobre a competência do TCU para fiscalizar o trabalho do BC. Técnicos do TCU farão uma inspeção "in loco" no Banco Central para verificar documentos, registros internos

e banco de dados referente ao caso.

Para a executar a inspeção, a unidade técnica responsável vai adotar algumas medidas previstas pelo Tribunal, como garantir o acesso integral por parte do TCU aos processos e autos internos ligados ao caso, além de obter e examinar manifestações técnicas e jurídicas. O BC não comentou a decisão da Corte.

A liquidação do Master ocorreu em 18 de novembro de 2025, após o BC negar a compra da instituição do banqueiro Daniel Vorcaro pelo Banco de Brasília (BRB). A aquisição foi anunciada no fim de março e envolvia 58% do capital da empresa, em uma transação de R\$ 2 bilhões. De acordo com o BC, à época,

a operação foi rejeitada por ser considerada de alto risco e, também, pelo fato de o cliente típico do BRB ser considerado muito diferente do público que adere ao banco privado.

Para Leonardo Roesler, advogado especialista em direito empresarial e sócio do RCA Advogados, o objetivo central de uma inspeção dessa espécie, do ponto de vista técnico, não seria substituir o juízo prudencial do Banco Central, e sim, verificar se o ato administrativo que conduziu à liquidação se sustenta sob os critérios de legalidade, legitimidade e economicidade próprios do controle externo.

"Isso envolve avaliar se houve motivação formal suficiente, se a instrução do processo reuniu

elementos primários aptos a demonstrar os achados relevantes, se a decisão observou coerência interna entre diagnóstico e medida adotada, se foram ponderadas alternativas menos gravosas quando juridicamente viáveis e se a cronologia dos eventos revela atuação tempestiva e proporcional à evolução do risco", disse o advogado.

De acordo com o especialista, o acesso 'in loco' a um acervo sensível de supervisão bancária com o objetivo de reconstituir fundamentos e trajetória decisória de uma liquidação extrajudicial representa um movimento menos frequente na história recente, especialmente pela combinação de urgência, sigilo e potencial reflexo sistêmico.

A decisão do TCU ainda expõe um sinal de fragilidade institucional do Banco Central, na avaliação dos especialistas consultados pelo *Correio*. A professora e pesquisadora em economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Cristina Helena Pinto de Mello, disse que pressões dessa natureza podem afetar a percepção de independência do BC perante o mercado. "A simples demanda dessa inspeção sobre uma decisão técnica pode ser lida como tentativa de ingerência, o que compromete a credibilidade do BC. Entendo que seria mais adequado o Congresso e o Senado pedirem uma prestação de contas, para informar o porquê da área de supervisão bancária demorou para tomar uma atitude", argumentou.

Se constatada alguma irregularidade no processo de liquidação do Master, a executiva jurídica especialista em direito tributário, Renata Baldin, destacou que pode haver punição aos responsáveis do BC que conduziram o processo, além da formação de provas para a abertura de outros processos administrativos, criminais e cíveis contra os representantes legais do Banco Master. (Com Agência Estado)

MERCADO FINANCEIRO

Petróleo e Bolsas sobem; dólar cai

» PEDRO JOSÉ*

Apesar de registrar queda pela manhã, o petróleo encerrou o dia em alta, ontem, em meio às tensões geopolíticas depois da ofensiva ordenada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, na Venezuela, que resultou na prisão do ditador Nicolás Maduro. Investidores também digeriram a decisão de domingo da Organização de Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) de manter os níveis de produção de janeiro a março. As bolsas internacionais também registraram altas enquanto o dólar voltou a recuar frente ao real.

O Índice Dow Jones saltou 1,23%, ontem, enquanto a Nasdaq, bolsa das empresas de tecnologia avançou 0,69%. Por aqui, aproveitando o otimismo das bolsas norte-americanas, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) fechou o dia com alta de 0,83%, aos 161.869 pontos.

O barril do petróleo tipo WTI para fevereiro negociado na New

York Mercantile Exchange (Nymex) avançou 1,74%, ontem, encerrando a US\$ 58,32. Já o óleo tipo Brent, referência para os preços da Petrobras, para entrega em março, encerrou o dia na Intercontinental Exchange de Londres (ICE), com elevação de 1,66%, aos US\$ 61,76.

Os contratos futuros da commodity chegaram a operar em baixa no início do pregão, devido às preocupações sobre excesso de oferta, mas ganharam fôlego ao longo do dia com o risco geopolítico apresentado na Venezuela, país com as maiores reservas de petróleo do mundo. Maduro compareceu ao tribunal federal dos EUA, em Nova York, para a audiência de custódia. Ele e sua esposa se declararam inocentes.

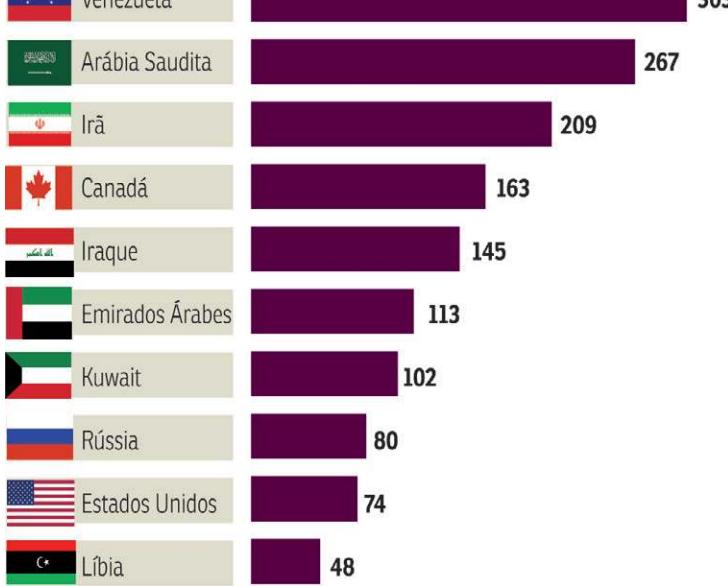
O economista aposentado do Banco Central Newton Marques explicou que as oscilações no mercado refletem as incertezas, já que ainda não há clareza sobre as diretrizes para a produção e a exportação do petróleo venezuelano. Ele destacou que a Venezuela mantinha fluxos regulares de

exportação para países como Cuba, Rússia, Irã e China e questiona se essas relações comerciais serão preservadas. De acordo com ele, o risco geopolítico provoca expectativas de mudanças na oferta do petróleo venezuelano. "Existem muitas dúvidas que certezas porque os EUA determinaram a política de produção e exportação do petróleo venezuelano, segundo as empresas petrolíferas dos EUA aumentem suas atividades na Venezuela, os preços baixos do petróleo e a incerteza política frustrarão os esforços para explorar seu vasto potencial energético."

Marques também avaliou que é improvável que os Estados Unidos consigam exercer controle pleno sobre a cadeia do petróleo venezuelano. Ele comparou a

Ranking

Países com as maiores reservas de petróleo em bilhões de barris confirmadas



Fonte: Administração de Informação Energética dos Estados Unidos (EIA, na sigla em inglês).

indústria local", afirmou.

A apesar de ter avançado para R\$ 5,45, pela manhã, o dólar comercial perdeu força à tarde e encerrou o pregão com queda de

0,37%, cotado a R\$ 5,405 para a venda. (Com Agência Estado)

*Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel